

novas da galiza

número 26

A família de Sam Caetano

Redacçom

Depois de quinze anos de poder fraguista na Galiza, só um esmerado artifício da linguagem pode levar-nos a chamar "administraçom pública" ao que antes parece a quinta particular de certas famílias "populares". Numerosos organismos privados com orçamentos públicos tenhem vindo a conformar umha verdadeira rede caciquista que se encarrega de promover familiares de altos cargos do PP, entre os quais Fraga Iribarne, para os mais elevados postos da administraçom paralela e das próprias conselharias galegas. NOVAS da GALIZA divulga a trama e umha dúzia de exemplos bem esclarecedores.

PÁGINA 8



BNG defende poluiçom nas Pontes e Meirama

Multas de 300 € por se oporem às missas por Franco

Centros sociais galegos querem coordenar-se

Avança ensino do galego no Berzo

Dragados recebe concessom do Porto Exterior da Corunha

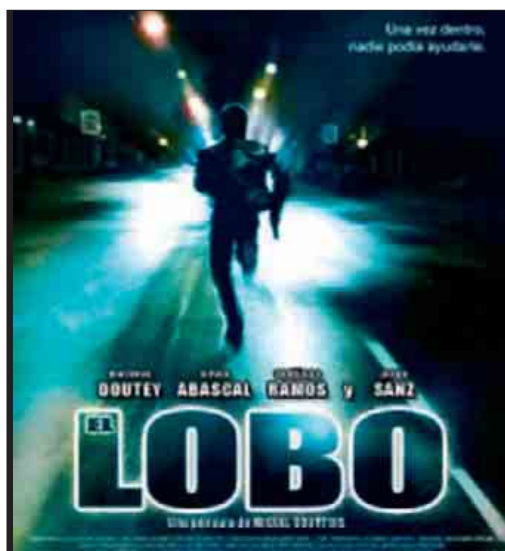
AMI promove boicote a impulsores da "Asociación de Amigos de la L"

Devastaçom do Corpo

Celso Álvarez Caccamo

"O Lobo" colaborou no assassinato de Reboiras

NGZ desvenda a verdadeira vida obscura do delator basco



Redacçom

Nem que fosse como resposta ao badalado filme de Menem "A Pelota Basca", o cinema espanhol estava chamado a levar aos ecrás umha história que idealizasse a figura de algum "herói" contra a organizaçom armada ETA. A figura escolhida foi "o Lobo" e o resultado péssimo: poucas vezes tinha aparecido em cartaz umha visom tam preconceituosa da realidade basca, mitificando-se umha personagem sem escrúpulos que interpreta o actor espanhol Edu-ardo Noriega. Mas a vida do infiltrado dá para muito mais que a mitificaçom simplista: chantagista, proxeneta e delator de Moncho Reboiras, que caía assassinado meses depois de o Lobo ter passado pola Galiza.

PÁGINA 13

Foro Social Galego frente a Constituiçom Europeia

Redacçom

A Plataforma Galega polo Nom à Constituiçom Europeia respondeu com um completo e ambicioso cartaz à escassa presença mediática que estám a receber as posiçoms contrárias à carta constitucional. Importantes vozes do mundo político, intelectual e social apresentam nos dias 20, 21 e 22 de Janeiro as razoms da sua rejeiçom à carta constitucional no Foro Social Galego que decorre em Compostela. Entre outros e outras, ali estará Carlos Taibo, que volta a debruçar-se sobre o tratado neste número, defendendo posiçoms opostas às de Pedro Gómez-Valadés, que também opina para NOVAS da GALIZA, mas em prol da euroconstituiçom.

PÁGINA 4

segunda

novas da
galiza

Editora: Minho Media S.L.

Director: Ramom Gonçalves

Redactor-chefe: Carlos Barros G.

Conselho de Redacção: Marta Salgueiro, Antom Santos, Antón Álvarez, Ivám García, Alonso Vidal, Xiana Árias, Sole Rei

Colaborações: Maurício Castro, Inácio Gomes, Davide Loimil, Joám Carlos Ánsia, Santiago Alba Rico, Kiko Neves, José R. Pichel, Ramom Pinheiro, Carlos Taibo, Ignacio Ramonet, Ramón Chao, Germám Hermida, João Aveledo, Adela Figueroa e Carlos Taibo

Fotografia: Arquivo NGZ

Humor Gráfico: Suso Sanmartin, Pepe Carreiro, Pestinho +1, Xosé Lois Herno, Gonzalo Vilas, Aduaneiros sem fronteiras

Publicidade: 639 146 523

Correcção lingüística: Eduardo Sanches Maragoto

Imagem Corporativa: Paulo Rico

Desenho gráfico e maquetación: Miguel Garcia, Carlos Barros e Alonso Vidal

NOVAS DA GALIZA
Apartado 1069
27080 Lugo - Galiza
Tel: 639 146 523
info@novasgz.com

As opiniões expressas nos artigos nom representam necessariamente a posição do periódico. Os artigos som de livre reprodução respeitando a ortografia e citando procedência. É proibido outro tipo de reprodução sem autorização expressa do grupo editor.

A informação continua periodicamente no portal www.galizalivre.org

Fecho de Edición: 15.01.05

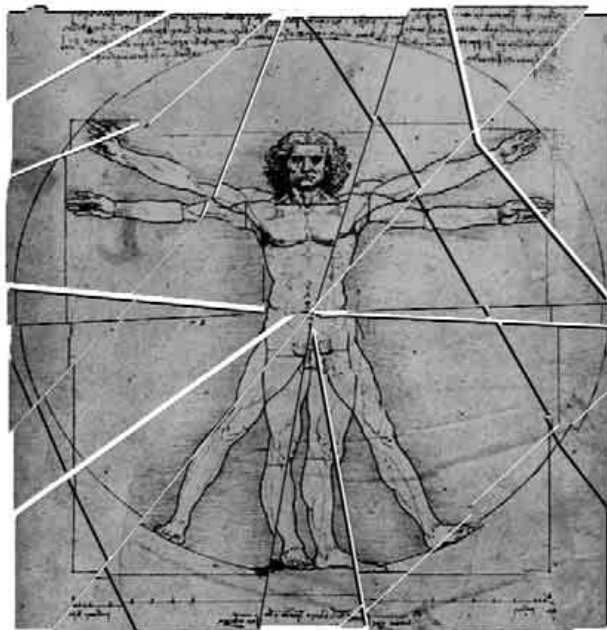
Devastação do corpo

Celso Álvarez Cáccamo

18 de Janeiro de 2005

Confesso-o: há semanas comecei a escrever para esta publicação um ordenado texto sobre a nação, sobre as nações, quando uma súbita doença de uma pessoa da família e um confinamento quase diário em hospitais fez-me pensar na dura evidência do corpo. Da fragilidade do corpo. Da sua essencialidade. Da sua inapelável realidade. E agora, poucas horas antes de terminado o prazo para a entrega deste artigo, dias depois de corredores de hospital, de contemplar em quartos carentes infinitas tosses de anciãos, inacabáveis queixumes nocturnos, rostos decaídos, enormes solidões dentro da casca seca da velhice, compreendi que tudo revolve em torno do corpo, que contém a mente, que contém aquele falido artigo sobre as nações que felizmente nunca existirá. E compreendo que a política é a expressão do corpo, que a clara ligação entre um tsunami assassino e a miséria de um trabalho nos sujos arrabaldes da cidade reside na dimensão incombustível do corpo, a nossa única propriedade: a que nos forcem a oferecer como escravos, a que lanceiam os doutores e modernos druidas, a que é matada nas guerras, a que decai nas minas de carvão, nos prostíbulo onde jovens injectadas de morte são penetradas por armas de carne e depois sangram pequenos corpos clandestinos nas lixeiras. Tudo (o amor, a raiva, o trabalho, o sexo, o fruto que chamam a poesia) é a mesma massa de corpo, a mais elementar matéria que possuímos, a que eu alimento para ela alimentar os meus escritos. A humanidade é a matéria universal que é violada a diário por si própria. O corpo, casa do ser, cárcere e campo simultâneos, o corpo que limita.

Por isso, observar com a mente do corpo o que acontece hoje no mundo só pode entristecer-nos. Algo está profundamente errado quando a mente se cega à miséria do mundo, que é simplesmente a miséria de milhares de milhões de corpos: quando a mente se recusa a ver o roubo de uns corpos por outros, o tráfico de cadáveres em vida em que consiste o mundo. Alguma horrível cegueira nos invade quando não compreendemos em que consiste o espólio da força de trabalho, a solidão da pele da velhice que cheira a leite azedo, a penumbrosa prostituição como método, o brutal assassínio nas cozinhas de azeites requemados e monótonas sopas amare-



las. Dia após dia matando-nos o corpo e a mente da humanidade. Dia após dia renunciando à utopia, ferindo a massa orgânica do mundo. Eis a doença inacabável, eis o terror. E nós, cegos, silenciosos.

O Capital, fera imortal como todos os tumores, compra em grandes saldos os corpos, devora-os, devolve-os com outras formas no fumegante caldeiro das usinas, das oficinas clandestinas de lâmpadas poeirentas, no patamar de pensões esfregadas de joelhos com ressesa lixívia. O Capital compra corpos de escravos nas fileiras do desemprego, nas sonoras praças públicas, nas canteiras onde meninos de raças magras batem pedras por centavos, nos gabinetes povoados de máquinas plásticas, nos campos arados por antiquíssimo ferro, nos bous que soçobram pálidos cadáveres de olhos muito abertos entre um mar de água e outro de ar. O Capital abre-nos diariamente a mente do corpo e inocula vírus como ideias. E pouco a pouco vamos pensando como Ele. E julgamos que sobrevivermos décadas assim é suficiente para chegarmos vivos até à morte. E assim ao longo da vida o corpo que nos contém vai supurando imperceptivelmente a sua dignidade, e vamos arrojando membros em cada trabalho provisório, e a nossa mente vai ficando

em esqueleto de si própria. E o Capital cresce e impõe com a nossa convivência novas cirurgias. E um dia inesperado somos velhos, e nenhum humano lembra já que esse frágil resíduo de nós também faz parte do seu corpo, do corpo e da mente histórica da humanidade.

Por tudo isso, e por muito mais, é obsceno e cínico falar política sem pensarmos no corpo. Sem repararmos no diário latrocínio. Mas não resta muito tempo para ressuscitarmos. Estão a envelhecer todas as utopias. Se não resgatamos o valor do corpo e da mente que contém, se o mundo não reclama com unhas essa mínima dignidade de habitarmos-nos a nós próprios, então por favor não peçamos contas a ninguém, a nenhum dos nossos profetas de artifício. Não protestemos qualquer política, não nos sintamos legitimados a qualquer combate. Pois, se continuarmos assim, com tal docilidade, estaremos comendo-nos a nós próprios mas engrossando porém apenas a monstruosa anatomia do Capital. A nossa força de trabalho vive só no corpo e na mente que temos, que é um só, que é unicamente uma: provavelmente seja mais digno morrer que mal-vendê-los. Por isso sempre contra Espanha. Contra a ávida Europa que já espreita. E sempre contra esta forma de Galiza.

sumário



Uma Constituição para a Europa

12

A CONSTITUIÇOM SEM POVO

Carlos Taibo continua a analisar neste número as sombras do tratado constitucional europeu

"UM PEQUENO PASSO ADIANTE, MAS NA DIRECÇOM CORRECTA"

Pédro Gómez-Valadés, coordenador da redacçom da revista ENCLAVE defende o voto afirmativo no referendo constitucional.



10

"A MÚSICA NOM ESTÁ EM CRISE, O QUE ESTÁ EM CRISE É A INDUSTRIA MUSICAL"

Perante a hipocrisia da Sociedade Geral de Autores e Editores (SGAE), os nossos colaboradores da secçom de música nom temem dúvidas.



15

DICIONÁRIO e-ESTRAVIZ

Entrevistamos Isaac Alonso Estraviz, autor do melhor dicionário de galego até a data que agora também está na rede.



16

EMPRESAS DO JOGO E BRANQUEAMENTO DE DINHEIRO

Neste número oferecemos mais informaçom sobre a lavagem de dinheiro por meio da trama das "slot-machine"



7

editorial

POLUIÇOM E DEPENDÊNCIA

O recorrido tópico que afirma a falta de sentido das fronteiras no momento de abordarmos a problemática ambiental deve ser, pelo menos, matizado. Se é inquestionável a condiçom global da crise ambiental que pom em causa mesmo a nossa sobrevivência colectiva e exige respostas coordenadas genuinamente internacionalistas, também o é o facto de cada espaço do Planeta estar a sofrer de modo muito específico os efeitos sociais desta agressom ao meio sustentada ininterruptamente pola humanidade nas duas últimas centúrias.

Só através de umha análise minimamente cuidadosa e inimiga de simplismos tranquilizadores podemos compreender a posiçom que a Galiza ocupa no debate a respeito do *efeito de estufa*. Ham-se de abordar aparentes paradoxos como o que supom que umha naçom da periferia europeia, com raquíticos índices de bem-estar, emita dez vezes mais CO2 do que o Estado espanhol ou cinco vezes mais do que a Alemanha, sendo a nossa umha industrializaçom focalizada e precária; ou como é que no nosso país as emissoms de gases poluentes aumentárom na última década a respeito dos índices dos EUA e da imensa maioria da UE; ou como a voracidade *verde* dos impulsoadores e construtores de parques eólicos e mini-centrais nom serve para substituir a produçom de umha energia por outra, mas para aumentarem todas elas indiscriminadamente.

Reparar no custo ecológico das centrais térmicas das Pontes e Meirama, que recentemente se colocárom no primeiro plano da actualidade pola polémica gerada ao redor do cumprimento das condiçoms de Quioto, é umha óptima oportunidade para desvendarmos a engrenagem concreta que os principais responsáveis da desfeita ambiental activam na nossa terra. A intençom de manter os actuais níveis de emissom de Endesa e Fenosa nas duas localidades citadas é a aposta nítida num

modelo energético -a combustom de carvom- desaconselhado mesmo polos órgaos assessores oficialistas da *sustentabilidade*; a defesa da *electrificaçom* é a pura e simples falácia de quem continua a ocultar que quase metade da energia produzida na Galiza emigra para o estrangeiro e que até umha quarta parte da que fica no País é consumida polo gigante de Alumina, impedindo assim umha pequena e eficiente rede para o autoconsumo local; o pedido de serem desrespeitados os acordos do insuficiente tratado de Quioto -desprezado pola primeira economia mundial- em favor das *economias locais* significa nom só ignorar os esforços realmente traumáticos das naçoms do *terceiro mundo* na reduçom de gases, mas oferecer como modelo de progresso para a Galiza quatro pólos desarticulados de industrializaçom irracional rodeados de um deserto demográfico, turistificaçom "a la carte" e precariedade em alta.

Osim entusiasta ou o apoio crítico do nacionalismo maioritário à continuidade das térmicas em nome da sua rentabilidade imediata é umha mostra -já com numerosos e tristes precedentes, e com a notável e honrosa excepçom da celulose pontevedresa- da assunçom do modelo produtivista de importaçom que outrora era riscado como *dependente e colonial*. O aplauso à planta de gás de Mugarlos ou aos portos exteriores da Corunha e Ferrol (ideados para fornecer Endesa de carvom em sendo esgotada a mina), sem esquecer o apoio a esse *Plano Galiza* que multiplicará irracionalmente o trânsito de estrada, apontam na mesma direcçom.

Tam-só o ambientalismo e o independentismo pugérom a nota dissonante numha polémica demasiado transcendente como para confiná-la ao juízo de especialistas, colonistas de imprensa ou profissionais da política. NOVAS da GALIZA oferece informaçom e posiçom para activar socialmente um debate necessário.

Xosé Lois Hermo



notícias

A faculdade compostelana de Geografia e História é o cenário escolhido para a sua celebração

Activistas e intelectuais denunciam euroconstituição no Foro Social Galego

Com o intuito de reforçar as posições teóricas contrárias ao tratado constitucional, de sintetizar diversas experiências resistentes de âmbito nacional e europeu, e de socializar as teses que sustentam a sua actividade contrária ao actual modelo de Europa, a Plataforma Galega polo Nom à Constituição Europeia lançou a iniciativa de um Foro Social Galego mesmo um mês antes da consulta popular. O Foro reunirá durante os dias 20, 21 e 22 de Janeiro dúzias de conferencistas das mais variadas adscrições e centrados em diferentes blocos temáticos.

Redacção

A Plataforma Galega polo Nom à Constituição Europeia, que começara a sua caminhada em Outubro passado graças ao impulso de diversas forças políticas e sociais, entra já na recta final de umha campanha opostora cujo ponto culminante será nos dias prévios ao referendo no Estado espanhol. Com o intuito de reforçar as posições teóricas contrárias ao tratado constitucional, de sintetizar diversas experiências resistentes de âmbito nacional e europeu, e de socializar as teses que sustentam a sua actividade contrária ao actual modelo de Europa, a Plataforma lançou a iniciativa de um Foro Social Galego mesmo um mês antes da consulta popular.

A faculdade compostelana de Geografia e História será o cenário escolhido para reunir durante os dias 20, 21 e 22 de Janeiro dúzias de conferencistas das mais variadas adscrições e centrados em diferentes blocos temáticos. O precedente de

umha iniciativa deste tipo há que procurá-lo nas jornadas que a Plataforma Galega por umha Europa Alternativa organizara na capital da Galiza em 2002 como resposta à cimeira de ministros da justiça e interior da UE celebrada na mesma cidade. Nesta ocasião, forças políticas como a basca Batasuna ou o deputado dos Verdes da Itália R. Butronelli (de umha perspectiva comprometida com as experiências da esquerda radical do Continente) apresentaram as razons da sua rejeição. Intelectuais galegos e galegas como Chus Pato, Carlos Velasco ou Herminio Barreiro abordaram a questom dos défices democráticos na Europa constitucional, enquanto filólogos como Xavier Cordal, Maurício Castro ou Fernández Rei poram de manifesto -de pontos de vista opostos- a negaçom dos direitos idiomáticos que o tratado consagra. O Foro Social tampouco deixa de parte a relaçom da Europa política com os fenómenos da militarizaçom e o imperialismo, como vai explicar



Carlos Taibo na palestra 'Europa e a guerra global permanente'. A problemática da repressom será analisada por advogados implicados na defesa de activistas de movimentos populares, caso de Gustavo García ou Jesús Sanjoás e por militantes em defesa dos presos e presas como Fram del Buey.

As vozes do mundo do pensamento e a intelectualidade mais académica complementa-se durante todas as jornadas com as achegas de protagonistas de primeira fila de diferentes movimentos sociais como o feminista ou o operário. Quanto ao primeiro, representantes da Marcha Mundial das Mulheres

na Galiza como Lupe Cês desvendam quais as chaves mais marcadamente patriarcalistas da constituição; no que ao movimento operário diz respeito, representantes do sindicalismo português e de núcleos comunistas do país vizinho partilharam palestra com representantes da CIG e da CUT.

Subdelegaçom do Governo considera "umha provocaçom" berrar ante os franquistas "Galiza ceive, poder popular"

Condenam independentistas por se manifestarem contra o PP em Beade

Redacção

Apesar de nom se ter celebrado a tradicional missa em homenagem a Francisco Franco que o presidente da Câmara do PP de Beade organiza todos os anos por ocasiom do 20-N, a concentraçom antifascista da AMI na paróquia do Ribeiro nom passou inadvertida para a Guarda Civil e a subdelegaçom do governo espanhol em Ourense. Militantes da organizaçom juvenil da própria cidade das Burgas, de Vigo ou Compostela están a receber nas suas moradas intimações judiciais para irem depor em qualidade de teste-

munhas sobre os factos acontecidos naquele dia, quando um carro que acudia à missa agitando umha bandeira espanhola pola janela sofreu sérias danificações ao ter recebido pancadas e pedradas. Mais chamativo é o facto de que, para além das diligências judiciais abertas, a subdelegaçom do governo em Ourense já se adiantou iniciando medidas repressivas pola via administrativa. Precisamente som alguns destes militantes os que, para além da obrigaçom de irem declarar aos julgados, som condenados a um pagamento de 300 euros por "infracçom grave". Segundo Ocampo Gó-

mez, subdelegado do governo, a tal infracçom está motivada por "cânticos fora de contexto", como "independência", ou "Galiza ceive, poder popular", que procurariam "provocar reacções no público que alterariam a segurança cidadá". A AMI denunciou o que entende como "continuísmo repressivo do PSOE" a respeito do PP e "perseguicçom da liberdade de expressom". Nenhum dos e das militantes da organizaçom juvenil envolvidos no processo tinha sido identificado no dia e no lugar dos factos, polo que as sanções só podem estar motivadas pola 'espionagem' policial.

Faleceu José Tarrío, símbolo da luta pola dignidade no cárcere

Redacção

Aos 37 anos de idade abandonou-nos José Tarrío, ícone da luta pola dignidade humana nos centros de encarceramento. Acabavam assim três meses em coma após um suposto enfarte cerebral. Tarrío conheceu em primeira pessoa o ilegal regime penitenciário FIES, 'Ficheiro de Internos de Especial Seguimento', que visa a destruição psicofísica dos presos e presas mais irredutíveis. Deixa-nos o autor de 'Foge, homem foge', livro em que descreve a

realidade das prisons e um exemplo da luta contra a injustiça humana. As suas cinzas fôrom espalhadas com o vento da Costa da Morte no dia 16 de Janeiro. Por outro lado, no sábado dia 28 de Dezembro a Comissom de Denúncia da Galiza, realizou umha marcha à Cadeia de Monterroso por ocasiom da denúncia por torturas contra os carcereiros J.R. Hidalgo, Luis Martínez e Joaquín Escudero, e reclamar a dignidade penitenciária pola qual o companheiro Tarrío deu a vida.

BNG também apoia aumento das quotas poluentes rejeitando plano de assinações

Centrais térmicas galegas continuarão a poluir livremente

Redacção

O grupo ambientalista das Pontes "Guerrilheiros das Fragas" e ADEGA entendem que a central das Pontes deve recortar os seus despejos poluentes à atmosfera para cumprir o Protocolo de Quioto. O Estado espanhol é, com a Irlanda, o estado europeu mais afastado do cumprimento deste Protocolo, que tenta ser um acordo válido para a redução da mudança climática.

Os grupos ambientalistas afirmam que a "Galiza emite cerca de dez vezes mais CO2 por combustão de carvão do que o Estado espanhol e umhas cinco vezes mais do que a Alemanha. O pólo poluente mais intenso no nosso país é a central térmica das Pontes, um dos maiores focos de emissão de dióxido de carbono da Europa, duplicando a de todos os veículos galegos". Neste momento está a produzir 10,5 milhões de toneladas de CO2 e, segundo o plano de assinações, deveria reduzir a sua emissão a 7,8 milhões. No protocolo de Quioto contempla-se a obrigação de limitar as emissões de gases com efeito de estufa dos estados mais desenvolvidos e com esse objectivo acordou-se o Plano de Assinações da União Europeia, para serem redistribuídas as quotas poluentes. As orga-



nizações ambientalistas concordam basicamente com a distribuição das quotas que o governo central contempla para as centrais galegas, mas esta redução é vista por diversos grupos políticos e sociais como discriminatória. Assim, a Câmara Municipal das Pontes, governada pelo BNG, está a mobilizar-se para pressionar o governo espanhol no sentido de "redistribuir" as quotas no Plano de assinações. Para lograr este objectivo, segundo o presidente da referida câmara, Vitor Guerreiro, "o grupo do governo fará todas as gestões institucionais e convocará quantas medi-

das mobilizadoras forem necessárias para garantir um futuro estável às Pontes". Neste sentido, meio milhar de pessoas manifestaram-se no dia 19 de Dezembro na Corunha convocadas pela Câmara e a CIG para protestar pela distribuição por parte do governo espanhol das quotas de emissão de dióxido de carbono. Consideram que esta partilha poria em perigo a viabilidade das centrais térmicas galegas, com a possível perda de mais de mil postos de trabalho.

Os 17 deputados e deputadas do BNG no Parlamento Galego acompanharam esta postura apre-

sentando umha proposição em que instam a Junta para actuar, mesmo judicialmente, contra o Plano de Assinações, caso o Ministério do Ambiente não reformule em alta a distribuição de quotas de emissoes de CO2 para as centrais eléctricas das Pontes e Meirama.

Por sua vez, o Governo espanhol, através do secretário de Estado de Energia, comprometeu-se a garantir o futuro das centrais, abrindo umha porta ao aumento das quotas poluentes, tal como estão a solicitar insistentemente dos concelhos das Pontes e Cerceda. Desta maneira, parece que os grupos ambientalistas e os independentistas ficam sós a exigir o cumprimento do Protocolo. Esta polémica sobre prioridades quanto à conservação do meio ambiente frente a fontes de energia e industrialização, parece umha questão não resolvida definitivamente no campo do grupo nacionalista maioritário. A atitude rotundamente ambientalista do Presidente da Câmara de Ponte Vedra contra a deterioração provocada por ENCE na ria, convive com posturas de permissividade com as altas quotas de poluição ambiental para a central de Endesa, apoiada polo presidente da Câmara Municipal das Pontes, da mesma formação política.

AMI promove boicote ao desenhador Antonio Pernas

■ NGZ

A Assembleia da Mocidade Independentista realizou no passado quatro de Janeiro um boicote a um estabelecimento de *pronto-a-vestir* do desenhador galego Antonio Pernas, uma das cabeças visíveis da autodenominada 'Asociación de Amigos de la ELE'. Esta associação está a desenvolver umha campanha muito agressiva a fim de legitimar o ilegal uso do 'L' no artigo que precede o topónimo Corunha, aderindo à batalha livrada polo presidente da Câmara Municipal da Corunha, Francisco Vázquez. O colectivo independentista considerou, na reivindicação do acto, que se trata de umha gravíssima agressão à nossa cultura e asseguram que não ficarão impassíveis "perante este ataque do espanholismo", anunciando "uma resposta coerente em todos e cada um dos lugares onde tiverem conhecimento da presença do desenhador".

Primeiras Jornadas Antifascistas em Lalim

■ NGZ

A Associação Cultural Revolta no Frenopático organizou nos dias 7 e 8 de Janeiro as I Jornadas Antifascistas de Lalim com o lema 'Em Lalim, o berço do fascismo galego, enfrentemo-lo'. Para além de umha conferência sobre a repressão franquista e a guerrilha na comarca do Deza, em que se falou sobre o exílio, a resistência interior e a recuperação da memória histórica, foram projectados dous filmes: Terra e Liberdade de Ken Loach e Nascido para Matar (Full Metal Jacket) de Stanley Kubrick. As jornadas acabaram com um concerto antifascista com Escuela de Odio, Tiro na Testa, Skarmiento e Última Sakudida.

Militante galega dos Grapo comparece perante Garzón após quatro anos de prisom na França

Redacção

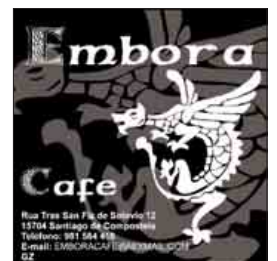
As autoridades francesas fizeram efectivo no passado dia 15 de Dezembro a transferência ao Estado espanhol de Mª Victoria Gómez Méndez, acusada de pertença aos Grapo. Victoria, natural de Mugaros, fora detida em Novembro de 2000, junto à direcção do PCE(r) e dos Grapo. Entre as pessoas detidas, conhe-

cidas como os e as 'sete de Paris', encontrava-se o também galego Fernando Silva Sande, companheiro sentimental da militante. A entrega é temporária, por cinco meses, já que está a cumprir umha pena no Estado francês. Victória recusou-se a depor perante o juiz Garzón e encontra-se actualmente na prisom de Soto del Real.

Após quatro anos de prisom cum-

pridos na França por pertença a "organização de malfeitores", Victoria Gómez e Silva Sande som as únicas pessoas cuja extradição foi solicitada pola Audiência Nacional. A totalidade das pessoas detidas neste processo estão condenadas a 8 anos de prisom pola judicatura francesa, sem que fossem aplicadas diferenças entre a militância do PCE(r), partido político, e os

Grapo, organização armada. Estão a sofrer regimes de isolamento e transferências contínuas. A militante comunista fora detida pola primeira vez em 1979, mas entom conseguiu a libertação sob fiança. Em 1991 conheceu a prisom, cumprindo dous anos de punição. Agora tem pendentes no Estado espanhol sete ordens de detenção emitidas por diferentes julgados.



Grupo de Dragados recebe a concessão para a construção do Porto Exterior da Corunha

Redacção

A Autoridade Portuária da Corunha adjudicou no passado dia 19 de Dezembro as obras de construção do chamado Porto Exterior da Corunha, umha obra de grande envergadura e impacto que custará 429 milhões de euros às diferentes administrações. O grupo beneficiado pela concessão é composto por Dragados, Sato, Copasa e Drace.

A concessão tinha sido adiada no passado dia 4 de Novembro por desavenças entre o grupo de Francisco Vázquez e autoridades do Governo espanhol. Aliás, no momento da aprovação, quatro dos cinco representantes do Estado mostraram o seu desacordo com um projecto que, consi-

deram, não se enquadrava nas pausas da UE. De facto, as dúvidas sobre o financiamento da obra tinham vindo a aumentar, já que a entidade comunitária acabou de adjudicar 247 milhões de euros à ampliação do porto de Gijón, facto que chamou a atenção do próprio Manuel Fraga.

Diferentes organismos políticos e sociais estão a denunciar o 'projecto estrela' de Francisco Vázquez pelo seu elevado impacto ambiental e pelas operações especulativas que está a gerar no âmbito da construção. Nom surpreende este alarme quando ACS está por detrás da construção do porto, como o grupo económico mais forte após a sua fusão com Dragados, a principal empresa beneficiária.

Castela e Leom terá que publicitar ensino do galego no Berzo

Redacção

A promoção do galego no ensino reclamada pela Associação Cultural Fala Ceive foi defendida polo Procurador do Comum de Castela e Leom. Este emitiu umha resolução instando a Conselharia da Educação para publicitar efectivamente a opção de receber o ensino de língua galega nas aulas, pedido que já foi assumido pola entidade autonómica.

Até o momento a única forma oficial de promoção consistia no envio de cartas individualizadas aos directores e directoras dos

centros de ensino berzianos, com o qual a implementação desta possibilidade ficava a expensas da vontade dos cargos directivos. Agora, a Junta de Castela e Leom deverá alargar a publicitação por diferentes meios, como a edição de cartazes, para que cada vez podam ser mais os centros educativos a oferecer a opção de língua galega.

Actualmente 15 centros de ensino incluem o galego como matéria. Onze deles som de Educação Infantil e Primária, três som escolas secundárias, podendo estudar-se também na Escola Oficial de Línguas de Ponferrada.

Programação cultural alternativa para o Natal ferrolano

Redacção

Com o lema 'Natal Ártabro', a Fundação Artábria iniciou na segunda quinzena do mês de Dezembro um ambicioso programa de actividades para todas as idades com o galego como fio condutor. O repertório tradicional esteve presente numha repichoca no próprio dia 25, enquanto outras expressões da

nossa música tiveram o seu lugar no concerto dos corunheses Dandy Fever. Especialmente dedicada às crianças foi a projecção de vídeos com temática infantil durante duas jornadas das férias. Para além disso, na programação tampouco faltaram outras actividades tomadas já convencionais, tais como o leilom ou a festa heavy que fecha a quadra natalícia.

Onze centros sociais autogeridos tentam encontrar nexos comuns



Redacção

No País convivem nos dias de hoje onze centros e locais sociais autogeridos. Alguns deles som de recente criação como Atreu na Corunha, a Esmorga em Ourense ou o cada vez mais próximo da Gentilha do Pichel em Compostela. Outros contam já com umha dilatada experiência como a Casa Encanta na capital galega, A Revolta em Vigo ou Mil Luas na Corunha. Centros e locais sociais que respondem a diferentes visões da realidade e com finalidades também distintas mas sob o denominador comum

da autogestom. Só falta procurar os nexos comuns para articular umha rede galega de locais sociais que haveriam de conseguir umha organização mínima conjunta que possibilitasse e dinamizasse o movimento associativo galego.

Com este objectivo, o de encontrar pontos de convergência, desenvolveu-se no Centro Social Atreu da Corunha umha completa jornada a que acudiram representantes de até onze Centros Sociais da Galiza. De manhã, a jornada consistiu numha reunião entre estes onze locais galegos com o objectivo

de trocar experiências e calcular a possibilidade de pôr em andamento esta rede que permitiria, entre outros muitos projectos, editar material conjunto ou pôr em andamento um programa nacional de actividades. À tarde realizou-se umha mesa redonda aberta ao público na qual cada representante explicou o funcionamento e os objectivos propostos por parte do seu centro. À noite chegou a festa, e para encerrar a jornada os vigueses Skármo ofereceram um concerto solidário com o centro Atreu que congregou umhas duzentas pessoas.

Máxima tensão vicinal pola imposição do Plano Geral de Ordenação Municipal em Vigo

Redacção

A imposição do Plano Geral de Ordenação Municipal por parte do Partido Popular e do Bloco Nacionalista Galego tem vindo a gerar umha grande tensão vicinal na cidade de Vigo, onde 1200 vizinhos e vizinhas se concentraram há dias nos Paços do Concelho desde as oito da manhã. As autoridades municipais realizavam a essa hora o plenário de aprovação do PGOM, um projec-

to do BNG abraçado polo Partido Popular. Como pano de fundo da polémica, um negócio imobiliário de 25.000 milhões de euros. Além disto, centos de pessoas conseguiram aceder às dependências municipais depois de ultrapassarem o primeiro cordom policial. Um vizinho de 75 anos, Celso Comesanha, foi agredido no rosto por um agente municipal, recebendo este umha dura resposta das pessoas concentradas. Minutos mais tarde, o agente era hospitali-

zado com um lábio partido. O projecto urbanístico estratégico que PP e BNG desenham para Vigo caracteriza-se pola agressão maciça sobre o espaço rural com a construção da Ronda de Vigo - 22 km de via que arrasará trezentas casas, várias paragens naturais e projecta o asfaltado das paróquias de Vigo numha macrooperação especulativa. Segundo a vizinhança, o PGOM define-se por um claro servilismo aos interesses do Grupo PSA-Citroën.



investigaçom

Cirsa desembarca em ACS da mao dos Albertos

A pessoa de confiança de Manuel Lao entra no Conselho da construtora de Florentino Pérez

Xan de Camorga

Os ex-presidentes do Banco Saragoçano Alberto Cortina e Alberto Alcocer nomeárom Manuel Delgado, conselheiro delegado de Cirsa e assessor pessoal de Manuel Lao, umha das três pessoas que os representam na construtora de Florentino Pérez, presidente do Real Madrid e um dos 'tubarons' financeiros do Partido Popular.

Os primos Alberto Cortina e Alberto Alcocer possuem 10,15 por cento do capital de ACS, um gigante que, após a fusom com Dragados, conta com mais de 100.000 empregados e empregadas. De facto, som os segundos accionistas, a seguir à família March e por diante do próprio presidente da companhia.



Alberto Cortina e Alberto Alcocer possuem 10,15 por cento do capital de ACS, de facto, som os segundos accionistas, a seguir à família March e por diante do próprio Florentino Pérez.

Mas acontece que, segundo a Lei de Contratos do Estado, a condenaçom do Supremo por fraude e falsificaçom em documento mercantil na venda dos terrenos em que foram construí-

das as Torres KIO de Madrid, obriga-os a se manterem à margem de todo o conselho empresarial. Por isso, os Albertos nomeárom três pessoas para os representarem na construtora:

Javier Monzón, Javier Echenique e Manuel Delgado.

Os novos conselheiros som velhos conhecidos do mundo empresarial. O primeiro, Javier Monzón de Cáceres, é presidente da companhia de tecnologias da informaçom Indra. Javier Echenique Landiribar, por sua vez, foi responsável pola banca grossista e retalhista no BBVA, e director geral e líder do comité de direcçom até que saiu do banco.

Finalmente, Manuel Delgado Solis, advogado, iniciou a trajetória profissional com a ex-ministra dos Negócios Estrangeiros espanhola Ana Palacio, coincidindo com ela no conselho de Construções e Contratas. Foi conselheiro de Caja Madrid e actualmente é conselheiro de Cirsa.

Alberto Cortina e Alberto Alcocer nomeárom Manuel Delgado, conselheiro delegado de Cirsa e assessor pessoal de Manuel Lao, como umha das três pessoas que os representam na construtora de Florentino Pérez, um dos 'tubarons' financeiros do Partido Popular

Cirsa e Franco: eternos concorrentes com muito em comum

X. de C.

Cirsa é umha empresa familiar presidida polo catalám Manuel Lao Hernández (só com os seus filhos desde que o seu irmao Juan optou por continuar com a sua vocaçom artística e cedeu a sua parte no negócio). Esta firma factura anualmente uns 1.300 milhons de euros e conta com mais de 10.000 empregados e empregadas. Lao é conhecido pola sua predileçom polos carros de luxo, os avions (possui dous para os seus deslocamentos) e os iates. Gabase de ser a pessoa que mais impostos paga em todo o Estado e, ainda, conta com umha imensa quinta (4.200 hectares) na provincia de Toledo, precisamente no feudo de origem dos irmaos Franco, que linda com a de Mario Conde, embora tenha duas vezes mais extensom que a deste.

Tangencialmente, Lao viu-se salpicado nos últimos tempos pola polémica designaçom, por parte do Governo de Néstor Kirchner, de Carlos Antonio Bautista Bettini como embaixador da

Argentina em Madrid. Bettini, entre outras muitas cousas, foi director de Aerolíneas Argentinas (empresa que estivo perto de arruinar), quando esta companhia pertencia ainda à Ibéria e, ao que parece, desfruta de dupla nacionalidade, espanhola e austral.

Retaliado polas ditaduras militares (vários membros da família dele fõrom assassinados), tem fama de ser um bom seguidor, quer dizer, umha pessoa que utiliza os seus contactos ao mais alto nível em ambos os países para facilitar às empresas a reciproca internacionalizaçom. Nom oculta tampouco a amizade que o une a Felipe González e a José Luis Rodríguez Zapatero. Assim se compreende que Bettini formasse parte das duas últimas comitivas de Felipe González na Argentina. Também fijo parte da comitiva de Zapatero quando este país foi visitado polo entom primeiro candidato do PSOE, hoje presidente do Governo espanhol. A relação de Bettini com o PSOE é tam boa que, no dia 5 do Maio passado, a embaixada espanhola na Argentina concedeu-

lhe a máxima condecoraçom que outorga o Estado espanhol, a Ordem de Isabel a Católica.

Noutro momento, com Carlos Menem ainda no poder, foi relacionado com a entrada do navio-casino 'Estrela da Fortuna' no porto de Buenos Aires, onde ainda continua a operar. Levado aos tribunais pola sua presumível participaçom em assuntos turvos (também é relacionado com certos "consertos" realizados para a construtora que dirige Florentino Pérez e para Repsol YPF), foi declarado inocente, já que os seus acusadores nom puderom provar nada.

Por sua vez, Recreativos Franco, também de carácter familiar na sua origem, pertence aos irmaos Joaquín e Jesús Franco, de Ajafrín, provincia de Toledo, e contam com o ex-presidente da ONCE, Miguel Durán, como braço executor. Durán foi, precisamente, umha das pessoas que pujo a Justiça atrás da pista de Manuel Lao. Apesar do dito pola imprensa internacional, nom tenhem nada a ver com o ditador espanhol, com quem só compartilham apelido. O

seu forte som as 'slot-machine', máquinas recreativas das quais tenhem unhas 25.000 em circulaçom. Facturam à volta de 1.000 milhons de euros anuais, e o quadro de pessoal supera as 5.000 pessoas. Também mostram umha importante inclinaçom para o latifundismo, de maneira que contam com grandes quintas de exploraçom pecuária, cinegética e de aproveitamento eólico na Castela e no País Valenciano.

As empresas Codere e Orenes som algunhas das filiais destes irmaos, que introduzirom os seus filhos no negócio. Curiosamente, há poucos meses era detido nos Estados Unidos um filho de Joaquín Franco Muñoz, Joaquín Franco Pérez, acusado de subornar um funcionário do Departamento de Jogos de Fortuna do Estado da Arizona. Franco Pérez, presidente de umha subsidiária de Recreativos Franco nos EUA, também foi acusado de alteraçom de computadores, fraude e roubo. O empresário poderia ser condenado a um máximo de 15 anos de prisom.

Manuel Lao conta com umha imensa quinta na provincia de Toledo que linda com a de Mario Conde, embora tenha duas vezes mais extensom que a deste. É conhecido pola sua predileçom polos carros de luxo, os avions e os iates. Joaquín e Jesús Franco contam com grandes quintas de exploraçom pecuária, cinegética e de aproveitamento eólico na Castela e no País Valenciano

reportagem

Conselheiros de Fraga designárom 'a dedo' até 1.500 postos de trabalho

Familiares de políticos do PP e do próprio Presidente monopolizam o pessoal da administração paralela

Centro Europeu de Empresas e Inovação, Xes Galiza, Fundación Hospital Verim, Barbança, Virgem de Junqueira, Galiza Qualidade S.A., SOGAMA... Assim até 89 entidades, organismos e empresas dependentes da Junta da Galiza que conformam a administração paralela construída polo Partido Popular em 15 anos de governo. Entidades que participam dos orçamentos gerais da Junta, embora a sua gestão seja privada, o benefício privado, a contratação do pessoal laboral

também privada e nom esteja a responder aos critérios de igualdade de oportunidades. Através destes organismos a rede caciquista do Partido Popular contrata as pessoas afins às "famílias prominentes" que depois de um tempo acumulam direitos e passam a formar parte da administração pública galega. Som o exemplo do "nepotismo e da gestão clientelar" com que se constrói umha administração paralela que se converteu para 100 famílias relevantes

do PP em quinta particular e privada. Processos de escolha irregulares, sem transparência e sem tribunais de selección. O método empregado para a contratação do pessoal é a "livre designação", nom só na administração paralela mas também nas próprias conselharias. A CIG fijo pública umha listagem de 21 pessoas empregadas por este método entre as quais destacam a irmá, os sobrinhos e a cunhada de Manuel Fraga.

Marta Salgueiro

Até 1.500 postos de "livre designação" cobertos por nomeação directa de conselheiros numha atitude que, segundo denuncia a CIG, tem aumentado nos últimos meses "de maneira alarmante". Destes 1.500 postos, a modo de exemplo, a CIG pujo nome e apelidos a 21 que "polas suas funções e especificidades, deveriam ter seguido critérios de profissionalidade" e que, polo contrário, fõrom designados "a dedo" beneficiando familiares de conselheiros e políticos do PP. Entre estes 21 "prominentes" figuram a irmá de Manuel Fraga, dous sobrinhos e o marido de umha sobrinha do presidente da Junta.

A lista que ilustra a denúncia da Confederação Intersindical Galega é encabeçada por José Benito Suárez Costa, marido da ex-ministra Ana Pastor e capitán da marinha mercante de profissom, que foi nomeado polo anterior conselheiro Pihado Montero e mantido polo actual, Jesus Palmou, como director geral de Interior e Protecçom Civil. Rosario Fraga, irmá de Manuel Fraga, que apesar de se ter reformado depois de ser contratada pola Junta de Albor "figura como pessoal eventual no serviço de documentação dependente da presidência". O seguinte na lista é Pedro Puy Fraga, filho da irmá do presidente da Junta e sobrinho de Manuel Fraga, para o qual, segundo denunciam na CIG, "foi criada a direcçom geral de relaçoens institucionais na Conselharia da Presidência, posto em que ainda aparece a sua mae como assessora". Também se encontram nesta particular lista elaborada polo sindicato de classe,



Juan Rodríguez Yuste, Celso Currás Fernández, Aurelio Miras Portugal, Enrique César López Veiga, José Manuel González Álvarez, Alberto Niñez Feijoo, José Antonio Orza Fernández, José Manuel Barreiro Fernández, Jesús Palmou Lorenzo, Jesús Pérez Varela, Jaime Pita Varela, Belén Prado Sanjurjo, Pilar Rojo Nogueira e José Antonio Santiso Miramontes.

María Puy Fraga, irmá do anterior, que foi nomeada subdirectora do jogo na Conselharia da Justiça "depois de um processo bastante tortuoso, já que nom participou na convocatória pública, se bem que depois das gestons feitas pola sua mae tivesse sido declarada deserta a provisom da vaga, adjudicando-se a ela". A Família dos que vivem do dinheiro público completa-se com o marido desta sobrinha de Fraga. José Luis Rodríguez Pedreira "está num posto de livre designação no Conselho de Contas depois de ter ocupado outro, também de livre designação, na Conselharia de Educaçom".

Outros exemplos que ilustram o proceder do Partido Popular som Victor Vázquez Seijas, filho do senador do PP e ex-conselheiro de Cultura, Victor Vázquez Portomenhe, que depois de ter passado pola secretaria geral de Pesca e de ter um contrato com umha alta remuneraçom no Instituto Energético da Galiza,

Igape, TVG, MedTec ou Xestur dam emprego a umhas 100 famílias "importantes" do PP. Contrataçom por livre designaçom para familiares de altos cargos como os do próprio Fraga

actualmente, a raiz da catástrofe do Prestige, foi nomeado director gerente da Fundação Arao, encarregada de gerir os donativos para paliar os efeitos da catástrofe. A seguir encontramos o nome de Carmem Martim de Pozuelo Romay, sobrinha de José Manuel Romay Beccaria dirigente do PP e ex-conselheiro da Saúde. Ocupa um posto de Assessora de Confiança no Gabinete do vice-

presidente Alberto Nunhez Feijoo. Com conhecimentos básicos de informática na óptica do utilizador foi assessora do seu tio na Conselharia da Agricultura e Saúde e também no Ministério da Saúde em Madrid. Agora foi recuperada polo vice-presidente primeiro da Junta para o seu gabinete.

A CIG enviou estes 21 nomes aos grupos parlamentares do PSdG-PSOE e do BNG e solicitou que reclamem umha comissom de investigaçom no Parlamento a fim de "depurar responsabilidades pola utilizaçom clientelar e nepótica das facultades de contrataçom de pessoal de fundaçoes, entidades, sociedades anónimas e empresas com participaçom maioritária da Junta da Galiza".

Perto de noventa organismos com orçamento público e contrataçom privada

No total, a Junta conta com 89 organismos, entidades, fundaçoes e sociedades mercantís com um

volume de gasto acima dos 90 milhões de euros e com 3.000 pessoas contratadas, que som geridas à margem dos princípios fundamentais que deveriam reger toda a administração pública, garantindo a igualdade de oportunidades.

A Confederação Intersindical Galega (CIG) elaborou um estudo que levou ao Parlamento sobre o acesso privilegiado às vagas da administração autonómica: fundaçoes e entidades mercantís. Um relatório em que se descreve o procedimento para que a pessoa designada polo Partido Popular ocupe cargos e vagas nestes organismos.

Amparando-se nos estatutos dos organismos públicos, dependentes da Junta e na natureza privada das empresas com capital da administração, os directivos som nomeados sem qualquer controlo público e actuam arbitrariamente. Na maioria dos casos os tribunais de selección som escolhidos à medida dos e das solicitantes dos

empregos. Nom contam com representaçom sindical e establece-se abusivamente a pontuaçom por entrevista pessoal que nalguns casos chegou a ser de 35%, como no caso do Medtec. Mais de 100 vagas m3dicas f3rom atribuídas nas fundaçoms sanit3rias, outorgando-se entre 30 e 50 por cento da pontuaçom à entrevista pessoal. Estabelecem-se uns tem3rios "muito reduzidos" de maneira a que o "delfim" nom tenha que decorar cousas complicadas. No caso particular das vagas de t3cnico jur3dico convocadas para Portos da Galiza som exigidos somente 28 temas. Se o caminho escolhido para "a fraude é a filtraçom do exame", isto complementa-se com uns exames



Organismos aut3nomos, entidades, fundaçoms e empresas da rede de Fraga desentendem-se de todas as reclamaçoms alegando "nom estarem sujeitas ao direito administrativo".

A administraçom paralela criada em 15 anos de PP dispom de 89 organismos com um volume de gasto p3blico acima dos 90 milhos de euros. Conta t3mb3m com 3.000 pessoas empregadas e é gerida à margem dos princ3pios de igualdade de oportunidades

impossíveis de aprovar para desanimar "inocentes" que se tenham apresentado. Completa-se a trama com a falta de objectividade e independ3ncia das provas. O candidato "delfim" sabe previamente o que lhe vam perguntar. Se mesmo assim o candidato errasse nom há problema porque o exame nom é secreto e pode ser "qualificado ou alterado convenientemente". No caso de existir algunha reclamaçom, conclui o relat3rio do sindicato de classe, a resposta é un3nime: "isto é umha empresa privada, aqui nom vale o contencioso, nem recurso de alçada, nem reclamaçom pr3via...". Gestom privada, benef3cio privado, mas com o dinheiro das galegas e galegos.

A imin3ncia de eleiçoms provoca movimentos nos postos de livre designaçom

NGZ. A poucos meses das eleiçoms e com a possibilidade de altern3ncia no governo auton3mico, um n3mero importante de altos cargos da administraçom solicit3rom serem transferidos para outras vagas nom ocupadas. A den3ncia partiu da CIQ, que denunciou o conselheiro da Presid3ncia, Xaime Pita, por "nom ter pensado obrig3-lo a tomar posse da vaga solicitada enquanto continue a governar o PP".

Assim, estas pessoas que ocupam postos de livre designaçom pretendem ficar na Junta com a obtençom de vagas onde nom pudessem ser substituídos.

Xan Carlos Ansa, respons3vel por este sindicato na Junta, adverte que este pessoal est3 sobre-pontuado de forma arbitrária, o que assegura a obtençom de qualquer vaga de concurso a qual se apresentem. Entre as pessoas denunciadas, cujos nomes revelar3 a CIQ encontram-se directores gerais, subdirectores, gerentes de fundaçoms, pessoal de gabinetes e chefes de serviçom.

Doze exemplos de nepotismo

1. José Benito Suárez Costa

Marido da ex-ministra da Saúde Ana Pastor e capit3m da marinha mercante, nomeado polo anterior conselheiro Pilhado Montero e mantido polo actual Jesus Palmou, como director geral de interior e protecçom civil.

2. Rosario Fraga

Irm3 de Manuel Fraga, que apesar de se ter reformado depois de ser contratada como administrativa pola Junta de Albor, figura como pessoal eventual no serviçom de documentaçom dependente da Presid3ncia.

3. Pedro Puy Fraga

Filho da irm3 de Fraga, foi criada para ele a direcçom geral de relaçoms institucionais na conselharia de Presid3ncia, onde t3mb3m aparece a sua mae como assessora. Respons3vel executivo pola formaçom e polos programas eleitorais do PP na Galiza, é filho de Francisco Puy Muñoz, o cate-

dr3tico conhecido em finais de 2002 por defender a lapidaçom de mulheres como castigo cultural.

4. María Puy Fraga

Sobrinha de Fraga, que foi nomeada subdirectora do jogo na conselharia da Justiça. Nom participou na convocatória publica, depois das gestoms da sua mae, Rosario Fraga, a vaga foi declarada deserta, sendo-lhe adjudicada.

5. Jose Luis Rodriguez Pedreira

Marido da anterior. Est3 num posto de livre designaçom no Conselho de Contas depois de ter ocupado outro, t3mb3m de livre designaçom, na Conselharia da Educaçom.

6. Carmen M. de Pozuelo Romay

Sobrinha de José Manuel Romay Beccaria ex-conselheiro da Saúde. Ocupa um posto de assessora de confiança no Gabinete do vice-presidente Alberto Nunhez Feijoo, que chegou à Junta apadrinhado polo pr3prio Romay Beccaria.

7. Andrés Cabeza Vilas

Filho de Ricardo Cabeza Rama, mec3nico que fai as funçoms de chefe do parque móvel em Sam Caetano (conhecido militante do PP, foi numero 13 na candidatura do PP na Corunha nas passadas eleiçoms aut3rquicas). Pessoa de confiança da Conselharia da Presid3ncia, se bem que nom trabalhe no gabinete de Pita mas na Corunha, realizando funçoms relacionadas com o parque móvel da Junta.

8. Xabier Bouza Romero

Irm3o de Jaime Bouza Romero (inspector geral de serviçoms), foi nomeado director da Escola Galega da Administraçom Sanit3ria.

9. Enrique González Murga

Irm3o do Secret3rio de Cultura Andrés Gonzalez Murga. Ocupa umha vaga de subdirector na direcçom geral de telecomunicaçoms e audiovisual na Conselharia da Cultura.

10. Víctor Vázquez Seijas

Filho do senador do PP e ex-conselheiro de cultura Víctor Manuel Vázquez Portomene. Depois de ter passado pola Secretaria Geral de Pesca e de ter um contrato com alta remuneraçom no IEG, foi nomeado Director Gerente da Fundaçom Arao, encarregada de gerir os donativos para paliar os efeitos da catástrofe do Prestige.

11. Sandra Torres Varela

Filha do Presidente da C3mara de Ribeira José Lois Torres Colomer. Nomeada assessora no Gabinete do conselheiro de Emigraçom.

12. Carlos Somoza Fares

Director da Resid3ncia de Idosos da Estrada. Filho do vereador do PP no mesmo concelho Manolo Somoza. Est3 em comissom de serviçoms "a dedo". O seu posto é ATS no Hospital de Ponte Vedra.

www.novasgz.com | novasgz@novasgz.com | Telefone: 639 146 523



Preenche este impresso com os teus dados pessoais e envia-o a NOVAS DA GALIZA, Caixa dos Correios 1069 (C.P. 27080) de Lugo

1 Ano = 12 números = 20 euros Assinante Colaborador = ___ euros

Nome e Apelidos Telefone

Endereçom C.P.

Localidade E-mail

N° Conta

Junto cheque polo importe à ordem de Minho Média S.L.

Assinatura

análise

A Constituição da União Europeia: um comentário impertinente^(e 2)

Carlos Taibo

Os direitos sociais esquecidos

No terreno dos direitos sociais o que aparece por toda parte é uma inflação de retórica como a que se vê, por seu turno, na sua homóloga espanhola. A Constituição lembra que as cartas assinadas pela União Europeia em 1961 e 1989 comprometem-na no "fomento do emprego, na melhoria das condições de vida e trabalho, para conseguir a sua equiparação pela via do progresso, numa protecção social apropriada, no diálogo social, no desenvolvimento dos recursos humanos para conseguir um nível de emprego elevado e duradouro, e na luta contra as exclusões" (art. II-103).

Em ausência de garantias expressas para que os direitos, convertidos em obrigações, sejam uma realidade -não há motivo nenhum para asseverar, por exemplo, que a discriminação das mulheres vai acabar de mãos dadas a medidas específicas-, é obrigado concluir que os compromissos correspondentes têm, como acabámos de anunciar, uma evidente carga retórica. Alguém pensa a sério que fórmulas tão etéreas estão chamadas a servir de freio perante a irrupção de regras de jogo selvagens como aquelas das quais é portadora a globalização capitalista em curso? Mais fácil é deduzir que ao amparo da Constituição os direitos sociais continuam a ter uma condição inferior que facilita o seu desrespeito, tal e como aconteceu com anteriores textos legais próprios da UE.¹

Para fazer as coisas ainda mais ingratas, a Constituição não incorpora, de novo, nenhum projecto sério de convergência social (e de garantias ambientais): na linha do tratado de Maastricht, os critérios de convergência



Como os interesses dos Estados saem claramente beneficiados, a custo pode surpreender que dirigentes como Zapatero empreguem a Constituição da UE para sublinhar que os projectos de secessão não têm espaço naquela. Na fotografia: mobilização na Corunha.

excluem a dimensão social. Em semelhantes circunstâncias surpreende que as cúpulas dos dois sindicatos maioritários no Estado espanhol, CC.OO. e UGT, considerem "de forma globalmente positiva" uma Constituição que -elas mesmas reconhecem- não outorga maiores garantias de respeito dos direitos objecto do nosso interesse.²

Acrescentemos que a Constituição reclama "uma economia social de mercado altamente competitiva" (art. 9), no que parece a quadratura do círculo da mão do desígnio de postular ao mesmo tempo uma economia de dimensão social e um mercado em que a competitividade dita todas as regras. A margem de movimento para o crescimento dos direitos sociais é mínimo uma vez que se entronizam, em suma, regras de jogo como as vinculadas com o mercado, a livre competência e o défice público zero, circunstância que remete para um texto ajustado aos inte-

A Constituição reclama "uma economia social de mercado altamente competitiva". A margem de movimento para o crescimento dos direitos sociais é mínimo uma vez que se entronizam regras de jogo como as vinculadas com o mercado, a livre competência e o défice zero, circunstância que remete para um texto ajustado aos interesses dos empresários

resses dos empresários, e não aos dos trabalhadores e trabalhadoras. Aliás, a regra de unanimidade paralisa o reconhecimento dos direitos sociais, manifestamente afectados também pela ausência de um orçamento comum que mereça tal nome, de políticas de harmonização fiscal e de normas unitárias no que à economia diz respeito.³

Só contam os Estados

Ainda que o tratado de Maastricht falasse da UE como "uma união de povos", na Constituição estes últimos desaparecem, ao mesmo tempo que se foge do adjectivo *federal* para descrever a forma de coordenação das políticas e que se formaliza um compromisso expresso com a integridade territorial dos Estados (art. 1.11). Nos factos, e ainda que formalmente se perfilam duas instâncias relevantes, os cidadãos, de um lado, e os Estados, de outro, tendo em

conta a leviandade objectiva das atribuições que correspondem aos primeiros, é obrigado concluir que serão os segundos os que continuarão a assumir todo o protagonismo.

Pelo que contam, ainda que o projecto inicial da Constituição fizesse referência à "vontade dos povos" e a uma "relação federal", as expressões correspondentes foram retiradas, resultado da pressão exercida por Estados como Espanha, França e o Reino Unido.⁴ Assim, e no quadro de uma proposta em que os interesses dos Estados saem claramente beneficiados, a custo pode surpreender que dirigentes políticos como o presidente do Governo espanhol, J.L. Rodríguez Zapatero, empreguem a Constituição da UE para sublinhar que os projectos de secessão não têm espaço naquela:⁵ é cómodo de mais apoiar-se na Constituição que um mesmo decidiu defender como se se tratasse de uma arma legal neutra que não responde aos interesses próprios.

A Constituição enuncia sem mais, por outra parte, o propósito de reduzir "as diferenças entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões ou ilhas menos favorecidas" (art. III-116), algo que A. Cantaro considera um exemplo de "solidariedade desarmada".⁶ O denominado Comité das Regiões não parece chamado a rebaixar, em suma, o descontentamento, tanto mais quanto não está claro como se designarão os seus integrantes (art. III-292). De pouco -de nada- parece servir que a Constituição seja traduzida, enfim, para línguas como o catalão, o basco ou o galego, que, segundo os prognósticos mais optimistas, poderiam

CENTRO SOCIAL
A tren!
Procedimentos dos seus assuntos comunitários.
catalunha@hotmail.com
Travesseiro Sam José, 2 (rês do chão)
15.002 COMOLLA
Colaboradores: 2091-8012-18-3040831205

A Peneira
Xornal Galego de Información Xeral
www.apeneira.com

cervexaria
MOLCHO
Capitán Eloy, 17 • Tel.: 23 93 60 • OURENSE

Centro Social
Henriqueta Outeiro
COMPOSTELA
Quiroga Palacios, 42 (rês do chão)
☎ 981 563 286

LOCAL SOCIAL
REVOLTA
Rua Real, 32
Apdo. 287 - 36200 VIGO



São muitas as dúvidas que afectam o mecanismo de ratificação do texto objecto do nosso interesse, que faz lembrar mais, de novo, o comumente aplicado no caso dos tratados que o próprio de uma Constituição.

alcançar certo reconhecimento oficial. Muda esta circunstância a geral discriminação que padecem, desde muito tempo atrás, essas línguas?.

Uma política exterior militarizada

A "estrita observância e o desenvolvimento do Direito Internacional, e em particular o respeito dos princípios da Carta da ONU" formulam-se como objectivos da política exterior da UE no art. 3.10 da Constituição. Significativo é que este compromisso fosse assumido por Estados que pouco antes de aceitarem semelhante redacção iludiram a Carta da ONU no que ao Iraque de 2003 diz respeito. Acontece que, como era de esperar, também neste âmbito se revela uma alarmante distância entre a prática real e a retórica enunciada. Fala-se (art. III-193, 2) de "consolidar e apoiar a democracia, o Estado de Direito, os direitos humanos e os princípios do Direito Internacional", de "manter a paz, evitar os conflitos e fortalecer a segurança internacional, conforme aos princípios da Carta da ONU", de "fomentar o desenvolvimento sustentável nos planos económico, social e ambiental dos países em vias de desenvolvimento, com o objectivo principal de erradicar a pobreza", de "elaborar medidas internacionais de protecção e melhoria da qualidade do meio ambiente" ou de "promover um sistema internacional baseado na cooperação multi-lateral sólida e a boa governança".

O leitor ou a leitora consciente conhece bem qual é a distância que há entre as políticas que a UE realmente existente abraça e os princípios enumerados. Haverá de extrair, também, as consequências pertinentes no que diz respeito à ausência de medidas concretas que garantam que os segundos se abrem caminho. Bastará com invocar, a título de exemplo, a leviandade dos fluxos de ajuda gerados pela União e dirigidos

Postula missões militares longe da UE, que poderão ser encomendadas pelo Conselho de Ministros "a um grupo de Estados membros". Sublinha-se que "poderão contribuir para a luta contra o terrorismo, mesmo a terceiros Estados para combaterem aquele no seu território"

aos países mais pobres. Em relação com estes últimos, a "erradicação da pobreza" invoca-se como objectivo, sem maiores precisões, no art. 3.10. Necessário ainda é sublinhar que a Constituição revela, enfim, significativas dúvidas no que respeita à possibilidade de desenvolver uma política exterior comum. O art. III-195, 2 afirma que "os Estados membros apoiarão activamente e sem reservas a Política Exterior e de Segurança Comum, com espírito de lealdade e solidariedade mútua". Porque semelhante observação, que não se repete em relação com outras dimensões da carta magna da UE? É difícil, por demais, que a União encontre uma voz comum no cenário internacional, dado que a Constituição não propicia um governo efectivo da economia na zona do euro e mantém a exigência de unanimidade no respeitante a matérias tão importantes como as relações exteriores, a fiscalidade e as políticas sociais.^{vii} As imprecisões que glosamos contrastam com a clareza com que

se defende uma militarização da política exterior. Agora, a Constituição postula missões militares longe da UE, com o propósito de manter a paz, prevenir os conflitos e fortalecer a segurança internacional (art. 40, 1 e art. III-210, 1); essas missões poderão ser encomendadas pelo Conselho de Ministros "a um grupo de Estados membros" (art. 40, 5). O art. III-210, 1 sublinha que "poderão contribuir para a luta contra o terrorismo, mesmo com o apoio prestado a terceiros Estados para combaterem aquele no seu território". Na Constituição tem-se renunciado a formular um compromisso expresso de rejeição da guerra como procedimento para dirimir as diferenças. Não foram seguidos, em tal sentido, os critérios que inspiraram a Constituição republicana espanhola de 1931 ou a italiana de 1947.^{viii} Salientemos, por outra parte, que a Constituição leva uma referência expressa à "prevenção de conflitos", "conforme aos princípios da Carta da ONU" (art. 40, 1). É preciso sublinhar que o termo prevenção tem hoje um significado que é inevitável relacionar com as percepções estratégicas dos EE.UU. O texto que nos interessa refere-se de maneira significativamente prolixa, aliás, à necessidade de criar uma Agência Europeia de Armamento, Investigação e Capacidades Militares, com o objectivo de "determinar as necessidades operativas, fomentar medidas para satisfazê-las, contribuir para estabelecer e para aplicar qualquer medida ajustada que vise fortalecer a base industrial e tecnológica do sector da defesa" (art. 40, 3 e art. III-212, 1). Em várias oportunidades faz-se menção, enfim, ao compromisso de respeitar as obrigações que, contraídas por alguns membros da UE, se derivem do Tratado do Atlântico Norte (art. 40, 2 e art. III-214, 4). Acrescentemos que a impressão é que, sem propostas de outra natureza que se revelem nos seus arti-

gos, a Constituição subordina-se sem receio ao projecto de uma Europa forteza, cada vez mais fechada. O art. III-166, 1 reclama, assim, a instauração progressiva de um "sistema integrado de gestão das fronteiras", compromisso que se acompanha da postulação de uma política comum que garanta "a gestão eficaz dos fluxos migratórios". Num terreno que aos olhos dos nossos governantes é próximo, o art. III-177 refere-se, enfim, à colaboração entre os Estados membros no que diz respeito à luta contra a delinquência e o terrorismo. Não se procure por lugar nenhum a influência de uma visão aberta e concessiva quanto à imigração.

Aberta a todos os 'Estados europeus'

A Constituição não é muito explícita, em suma, quanto à determinação de quais são os Estados que a UE pode acolher. Assinala que a União "está aberta a todos os Estados europeus que respeitarem os valores mencionados no artigo 2 e se comprometerem a promovê-los" (art. 57, 1). Não se clarifica, porém, que se entende por Estados europeus, ainda que é fácil concluir que se fecha o horizonte de incorporação de países que, conforme a um artifício impregnado de uma carga ideológica que se esconde por detrás de um aparente rigorismo geográfico, comumente se entende que não são europeus.

Num terreno diferente, são muitas as dúvidas que afectam o mecanismo de ratificação do texto objecto do nosso interesse. Que acontecerá se forem menos de vinte os Estados que ratificam a Constituição? E que acontecerá com aqueles que não a assinarem? Em qualquer caso, e como tem assinalado C. Closa, o mecanismo em questão faz lembrar mais, de novo, o comumente aplicado no caso dos tratados que o próprio de uma Constituição.^{ix}

A poucas semanas do referendo, publicamos a segunda parte da análise crítica da Constituição Europeia do especialista em política internacional Carlos Taibo. Se quiser aceder à primeira parte do artigo poderá consultá-la no número 25 de NOVAS da GALIZA ou nos documentos de formação do portal galizalivre.org, onde será divulgada a versão íntegra do trabalho.

NOTAS

- i. Ibidem, págs. 102-103.
- ii. "Los sindicatos ante la Constitución Europea" (CC.OO.-UGT, s.l., 2004).
- iii. Cantaro, "La Europa social...", op. cit., pág. 35.
- iv. J.R. Castaños, "Las nacionalidades en la Convención: una oportunidad perdida", in Pueblos (nº11, Junho de 2004), pág. 38.
- v. El País (10 de Dezembro de 2003).
- vi. Cantaro, Europa soberana, op. cit., pág. 125.
- vii. Paciotti, "Introduzione", op. cit., pág. 9.
- viii. X. Pedrol e G. Pisarello, "Ni un paso adelante ni 'lo único posible': esta 'Constitución' no es nuestra Europa", in Pedrol e Pisarello (dirs.), La ilusión constitucional, op. cit., pág. 19.
- ix. C. Closa, "La ratificación de la Constitución de la UE: un campo de minas" (Real Instituto Elcano, Madrid, 2004).

ARTABRIA
 Travessa do Batalhons, 7
 981360099 - 981369921
 15403 FERROL
 www.artabria.net

Santa Mede
 Bar de Copas
 Salvaterra de Minho

O FRAMÉNDO DE VERDEGAS
 RESTAURANTE-CAFETERIA
 Rua de São Roque, 1
 15100-000 SALVATERRA DE MINHO
 Tel: 981 369 921

a fenda
 RESTAURANTE

Meaño Zascandil
 Algalia de Abaixo, 23 - 15704
 Santiago de Compostela
 981 574 676

AURIENSE
 café cultural
 ourensense
 cadouriz@uriel.com
 Prasa do Carmesido, 11
 Tel: 986 848 654

galizalivre.org
 O portal da Galiza em Internet

Um pequeno passo adiante, mas na direcção correcta

Por Pedro Gómez-Valadés*

Era difícil imaginar nem há muitos anos, que um continente dividido em dois sistemas políticos e económicos antagónicos, em dois tipos de sociedade instaladas na desconfiança mútua, em duas civilizações enfrentadas, pudessem chegar a integrar-se sem violência num projecto comum, que hoje compreende a maioria de países europeus. Porque quando analisamos o que supom para a Europa, e para a Galiza como nação europeia, a sua primeira Constituição, não podemos esquecer de onde vimos, em que situação estava a Europa e sobretudo, para onde queremos e devemos ir. Reconheço que esta, a constituição para a Europa, não convida a um «sim» entusiasta, rotundo e sem fissuras. Certamente, o texto submetido à aprovação popular é incompleto, confuso, com lacunas e mesmo imprecisões que dificultam esse «sim» entusiasta. Mas a minha posição afirmativa

se assenta na resposta simples a duas perguntas também simples: Há uma alternativa real melhor? Melhora a situação actual? E a resposta às duas perguntas som, a meu ver, claras. Não há alternativa real melhor. E ainda que seja um passo pequeno, é um pequeno passo na direcção correcta. Para diante. A aprovação da Constituição Europeia não será portanto uma estação terminal, antes deverá ser entendida como um incontornável ponto de partida no processo. É evidente que a construção europeia é um processo histórico que irremediavelmente continuará a progredir. Os seus avanços serão mais ou menos rápidos, mais ou menos profundos e mesmo mais ou menos traumáticos. Mas o



Uma Constituição
para a Europa

caminho da unidade da Europa é um caminho afortunadamente sem retorno. E quando digo afortunadamente, não estou a pensar só em nós, os europeus e as europeias. Penso também no resto do planeta, que precisa, talvez com mais urgência do que nós, de uma Europa forte que consiga exercer de contrapeso à esmagadora hegemonia dos EUA. Porque no actual contexto político mundial e com a recente reeleição de George W. Bush, perante a crise ambiental galopante, e perante os múltiplos conflitos regionais, é mais urgente que nunca avançarmos para a unidade política da Europa, para podermos actuar como um forte actor político no cenário internacional. O possível travão ao avanço constitucional europeu debilitaria o papel mediador e estabilizador da Europa no mundo. E eles e elas, muitas pessoas que não são europeias, também precisam da Europa. Eu votarei «sim». O vindouro mês de Fevereiro, no referendo sobre a ratifi-



A Constituição Europeia será votada em Fevereiro.

cação popular da Constituição europeia, votarei «sim». Sem dúvidas, sem nenhum tipo de vacilação. Porque a Europa é o espaço de liberdade, paz e progresso mais importante que jamais conheceu a história da humanidade. E também votarei «sim» porque não posso entender a minha galeguidade nem o meu nacionalismo galego a

margem da Europa. Uma Europa que hoje está a fazer os estados, mas na qual o horizonte da Europa dos povos se enxerga irreversível, como consequência da própria complexidade continental europeia.

* Coordenador do Conselho de Redacção da revista ENCLAVE.

O Pelourinho do Novas

As cartas enviadas ao Pelourinho do Novas deverão ser originais e exclusivas e não poderão exceder as 30 linhas digitadas a computador. É imprescindível que os textos estejam assinados. Em caso contrário, NOVAS DA GALIZA reserva-se o direito de publicar estas colaborações, como também resumi-las ou extractá-las quando se considerar oportuno. Endereço: pelourinho@novasgz.com

Permitem destruição do Parque Natural da Serra da Lastra

Em finais de Dezembro do passado ano, a delegação de Indústria da Junta de Castela e Leom autorizou a exploração mineira de 111 quadrículas na parte berciana da Serra da Lastra à empresa CATISA, pertencente ao grupo Martínez Núñez. A Associação para a Defesa Ecológica da Galiza (ADEGA) denuncia, que se se levar a cabo tal exploração, seria destruída 50% da Serra da Lastra, o qual anularia, em boa medida, os objetivos de conservação perseguidos pelo Parque Natural declarado na parte galega no ano 2002, fazendo inviável a conservação de muitas espécies animais e vegetais a longo prazo e destruindo a paisagem de jeito irreversível. ADEGA acabou de instar à Conselharia do Meio Ambiente da Junta a que apresente alegações e mantenha os contactos oportunos ao mais alto nível com a Junta de Castela e Leom a fim de impedir esta desfeita ambiental. A conservação deste valioso espaço natural deveria ser o ponto de encontro de ações de protecção e não o ponto



Paisagem afectada pela exploração mineira

de partida de um conflito que instala a ilegalidade e imoralidade mais escandalosas. A Serra da Lastra é um dos espaços naturais mais valiosos do noroeste ibérico, contando com uns valores naturais quanto à flora, a fauna e a paisagem verdadeiramente excepcionais, para além do seu valor arqueológico e geomorfológico. Esta serra encontra-se entre a Comunidade Autónoma Galega (CAG) e o Berzo, estando portanto esta última comarca administrada pela Junta de Castela e Leom. Todo o conjunto da Serra foi declarado LIC (Lugar de Importância Comunitária) sob a Directiva

Habitats, conhecida popularmente como Rede Natura 2000, e a parte correspondente administrativamente à CAG está declarada numha extensom de 3.150 hectares como Parque Natural, um dos 6 existentes no nosso país, o que nos dá uma ideia dos seus destacados valores ambientais. A paisagem que seria afectada pela exploração mineira encontra-se no contorno das Médulas, declaradas Património da Humanidade e protegidas por um padroado do qual, curiosamente, forma parte o próprio Martínez Núñez.

ADEGA

Boicote a António Pernas

Quanto ao boicote (Na GZ em Galego) com que amanheceu a loja do desenhador "galego" Antonio Pernas situada na Rua Sagasta 13 em Ponte Vedra, a Assembleia da Mocidade Independentista quer comunicar:- Sendo este personagem a cabeça visível da autodenominada "Asociación de Amigos de la ELE", o "artista", junto com outros companheiros de andanças, acabáram de começar umha campanha muito agressiva, consistente em tentar recolher por toda a Galiza 50.000 assinaturas, a fim de legitimar a mais clara e absoluta das ilegalidades, o uso do ele no artigo que precede o topónimo Corunha, (topónimo espanholizado pela desgraçada herança do franquismo como tantos outros). Parece portanto que esta deixou de ser umha batalha livrada praticamente em solitário por Paco Vázquez, passando o desenhador a se converter no novo Sancho Pança de um Quixote inclusive mais grotesco que o meramente literário.- Esta gravíssima agressom sem pre-

cedentes à nossa língua e cultura por parte de um desenhador, fará com que a Mocidade Independentista deste país reaja em consequência. Nom vamos ficar impassíveis perante tal burla e tal ataque do espanholismo, e anunciamos portanto umha resposta coerente em todos e cada um dos lugares onde tivermos conhecimento que Antonio Pernas se encontra, quer seja com umha loja, acto publicitário ou inclusive pessoalmente.- A cor laranja, que umha vez mais se encarregou de denunciar os ataques do espanholismo contra a nossa língua, é portanto só o começo. Qualquer pessoa, empresa u organização política ou de outro tipo que fizer apologia do espanholismo em Ponte Vedra devem ter presente que receberám de parte da mocidade mais combativa deste país umha resposta como mínimo igual de contundente ao seu ataque.

Xiana Gomes
(Ponte Vedra)

reportagem

Mikel Lejarza Egia participou na operação que custou a vida a Moncho Reboiras

“O Lobo”, de confidente policial a chantagista e proxeneta

Nos últimos tempos a figura do confidente policial Mikel Lejarza Egia, conhecido como ‘O Lobo’, retomou de novo notoriedade devido à estreia de um filme sobre a sua vida e às posteriores aparições desta obscura personagem nos meios de comunicação para publicitar o filme. Mas a verdadeira história deste espião que atraçou por dinheiro os seus ideais está cheia de escabrosos capítulos e nem todos têm um final feliz.

Redaçom

A 31 de Julho de 1975 a Polícia espanhola puiu em marcha uma grande operação contra a ETA com a informação facilitada por Mikel Lejarza Egia, um confidente alcunhado ‘o Lobo’ que tinha levado a cabo um processo de infiltração na organização armada basca. Os serviços secretos da ditadura franquista criados pelo almirante Carrero Blanco, o Seced, informáram que o número de pessoas detidas ascendeu a 158.

Poucos dias depois começa na Galiza uma rusga contra o movimento independentista que se estende por todo o País, saldando-se com numerosos detidos e detidas e o assassinato do militante da UPG José Ramon Reboiras Noia a maos da Polícia em Ferrol. Meses antes, a ETA tinha enviado Mikel Lejarza à nossa terra para estudar a possibilidade de estabelecer colaborações entre as duas organizações independentistas.

Depois disto, ‘O Lobo’ submeteu-se a uma operação de cirurgia estética para mudar a sua fisionomia, ainda que já nunca deixasse de colaborar com as forças repressivas. Em Julho de 1976 é reclamado por Andrés Cassinello, chefe dos serviços secretos da Guarda Civil, para que com a sua nova cara viaje ao País Basco e identifique os seus



Hoje em dia continua em activo e ajuda o novo CNI



O Lobo (esq.), cartaz de ETA (dir.) e falsa identidade de Mikel Lejarza (abaixo)

antigos companheiros e companheiras da organização armada ETA. A operação, denominada ‘vassoura’, culmina com a detenção de mais militantes independentistas.

Um ano mais tarde, Lejarza muda a sua identidade, converte-se no agente Pizarro e alista-se na Legião espanhola. O seguinte passo consiste em desertar para chegar até Argélia e introduzir-se nos círculos de Antonio Cubillo, dirigente do Movimento pola Autodeterminação e a Independência do Arquipélago Canário (MPAIAC). A operação fracassa e um ano depois o político

canário é objecto de um atentado organizado desde o Estado espanhol que estivo à beira de lhe custar a vida.

‘O Lobo’ reaparece no País Basco no ano 1987, desta vez acompanhado por Enrique Gacho Frontera, um dos seus sócios, e sob o falso nome de Miguel Ruíz Martínez para extorquir em nome da ETA o dentista bilbaíno Pedro Ortiz Lang. O odontologista acudiu à Polícia, que detivo Lejarza e os seus seqüezes nesta operação de chantagem. Mas a estadia em prisom do confidente nom durou demasiado; dias depois

saiu em liberdade provisional após a Guarda Civil ter pago, através de um cunhado polícia espanhol, uma fiança de 200.000 pesetas.

Posteriormente viria a descobrir-se que funcionários do Estado entregáram ao dentista cinco milhões de pesetas para que retirasse a acusação particular contra Mikel Lejarza. O advogado do odontologista, Félix Rojo, apresentou um escrito de renúncia no juzgado de Instrução número 4 de Bilbao, lugar onde estava a ser tramitado o procedimento abreviado 242/89.

Tempo depois Mikel Lejarza transferiu a sua residência para os Países

Cataláns, concretamente para uma povoação das aforas de Barcelona. Nesta cidade catalá, segundo pudérom verificar membros da Equipa de Investigaçom do antigo diário basco ‘Egin’, Lejarza possuía uma empresa de vídeos pornográficos e, com a ajuda de elementos tam mafiosos coma ele, fazia incursõns no mundo da prostituiçom. De facto, ‘O Lobo’ chegou inclusive a oferecer trabalho a uma redactora do jornal nalgun dos locais que controlava a sua rede de proxenetismo.

Mas as actividades delituosas deste elemento nom se ficárom por aqui. No ano 1992 é contratado por Javier Godó Muntaño, conde de Godó e presidente do Grupo Godó de comunicação. O conde suspeitava que dous dos seus sócios no La Vanguardia queriam atraioá-lo. Entom decidiu contratar Lejarza para controlar os movimentos deles mediante a técnica dos telefones intervindos. Javier Godó foi imputado mas estabeleceu um pacto de silêncio com o ‘Lobo’ e a sinistra personagem assumiu todas as responsabilidades.

Segundo afirmam os jornalistas Manuel Cerdán e Antonio Rubio no livro ‘Um espiom nas entranhas da ETA’, hoje em dia Mikel Lejarza continua em activo e ajuda o novo Centro Nacional de Inteligência (CNI) em operações internacionais de movimentos de capitais.



DISTRIBUIDORA TEXTIL
RUA DO VILAR 13 BAIXO
32005 - BURENSE
TELEF. 619 419 338

Preenche este cupom, recorta-o e envia-o ao endereço aqui indicado. Fai o teu pagamento mediante ingresso bancário na conta número 20800261280000206544 de Caixa Nova (acrescentando 3 € de gasto de envio) ou bem contra-reembolso (somando 6 € de gasto de envio). No seu caso, anexa cópia do justificante do ingresso.

Num. Referência:
Cor: **Talha:**
Nome:
Apelidos:
Endereço:

LOGO COMITE REVOLUZIONAREO ARREDISTA DA HAYANA
CAMISETA AZUL OU PRETA
7 EUROS



GALIZA CEIVE
CAMISETA AZUL OU PRETA
7 EUROS



GALIZA CEIVE



A FOUCE PERIODICO GALEGO
CAMISETA AZUL OU PRETA
7 EUROS

portal galego da língua

Carteira de clientes que querem bancos galeguizados ascende já a dez milhões de euros

A Mesa

O Presidente da Mesa, Carlos Callón, apresentou a nova fase da campanha "O galego, sempre em conta", que persegue a introdução do nosso idioma no sector bancário. A Mesa mostra-se optimista diante da resposta que están a obter com esta campanha, pois os ordenados das pessoas que están dispostas a domiciliar as suas receitas mensais nunha entidade galeguizada chegam já aos dez milhões de euros. Carlos Callón estimou que esta quantidade se verá notavelmente incrementada nas próximas semanas, pois ainda nom se celebráron todas as reunións comarcais de presentación da campaña e, ali onde se celebráron, están-se a acumular apoios que ainda nom fórom contabilizados. "Vamos poder negociar a introdução do galego através de grandes quantidades de dinheiro, e isso é umha grande noticia", afirmou.

José Pousada e Camilo Nogueira, Membros de Honra da AGAL

PGL

A Associação Galega da Língua (AGAL) referendou, no decurso da assembleia celebrada na manhã do sábado 15 de Janeiro em Compostela, a nomeação como Membros de Honra da mesma de José Pousada e Camilo Nogueira. Ambos vem deste jeito reconhecido publicamente o seu compromisso com o idioma galego, um compromisso que os levou a ser os primeiros representantes públicos da Galiza que se expressáron em galego nas instituições europeias.

Com esta iniciativa, a AGAL quer testemunhar publicamente o reconhecimento do labor destes dous políticos que, desde organizações diversas -CG e BNG- apostáron polo uso continuado do idioma galego na Eurocâmara, em consonância com os postulados defendidos pola Associação Galega da Língua desde a sua fundação (1981).

Tesouro Lexical Galego apresentado publicamente

Isaac Alonso Estraviz: «Estou feliz porque, finalmente, vejo cumprido o sonho de toda umha vida»

PGL

A versom electrónica do Dicionário da Língua de Isaac Alonso Estraviz foi apresentada publicamente na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela. No acto, ao qual concorreu numeroso público, contou-se com a participação de Vitor Manuel Lourenço Peres (coordenador da edição electrónica do dicionário) e do próprio autor da obra, o professor Isaac Alonso Estraviz (Secretário da AGAL). A obra de referência da lexicografia galega desde os anos oitenta fora inicialmente publicada, em três volumes, pola editorial Alhena; era na altura o dicionário com mais entradas para o idioma galego. Posteriormente foi publicado por Sotelo Blanco nunha versom algo reduzida. O Dicionário Electrónico Estraviz encontra-se agora acessível em www.agal-gz.org/estraziv. Nesta nova versom fórom suprimidas as entradas ou definições consideradas castelhanas ou desnecessárias em galego. Introduziram-se novos verbetes relacionados com as ciências e as novas tecnologias, aumentando consideravelmente o número de vocábulos. Agora som mais de 91.000 entradas e o autor anuncia que em breve será incrementado com mais 30.000. Conta, aliás, com vários jogos (trivial, falsos amigos, analogias...), sendo pos-



Isaac Estraviz e asistentes momentos antes de começar o acto de presentación

sível estar todo o dia a brincar com as palavras sem umha pessoa ficar aborrecida, como já temos experimentado. É, em definitivo, um dicionário lexical com umha profunda orientação didáctica.

É um dicionário lexical com umha profunda orientação didáctica.

A equipa técnica

Ao convite lançado por Vitor Manuel Lourenço Peres -que se responsabilizou pola coordenação dos trabalhos e a informática- responderam as seguintes pessoas: Sabela Agreló Castro, Jesus Miguel Conde Linars, Mário Herrero Valeiro, Raquel Miragaia, André Outeiro, José Manuel Outeiro, José Henrique Peres Rodrigues, Manuela Ribeira Casudo, Valentim R. Fagim, Miguel R. Penas, José Maria Rodrigues, José Luís Valinha e Fernando Vázquez Corredoira. Todos os trabalhos fórom revistos polo autor, que introduziu as novas entradas. Na parte informática, além de Vitor Manuel Lourenço Peres, também trabalhou Miguel R. Penas, a quem se deve a formosa portada do Dicionário e-Estraviz.

radioGaliza.net premiada pela rede brasileira «Direitos Humanos e Cultura»

PGL

A rede brasileira «Direitos Humanos e Cultura» www.dhnet.org.br concedeu a radioGaliza.net, cuja emissão se faz via Internet, o prémio Selo Direitos Nota 10. DHnet é uma organização que incentiva a valorização e difusão dos Direitos Humanos em língua portuguesa. A estação radiofónica radioGaliza.net foi impulsionada por pessoas independentes e diversos colectivos e projectos, todos com o objectivo comum de promover uma rede comunicativa independente e em galego-português na Galiza.



A estação premiada pola rede brasileira

Ricardo Cabanelas, um dos responsáveis pela estação, disse que este reconhecimento, mesmo simbolicamente, "é muito importante para a continuidade futura de radioGaliza.net, mais ainda quando apenas transcorreram 6 meses desde o lançamento

em provas e pouco mais de 2 desde que conta com uma grelha de programação estável". Ainda, acrescentou, "é também uma vitamina para continuarmos na luta pela defesa da lusofonia na Galiza, junto ao desejo de promovermos no nosso país uma comunicação social mais livre e independente".

ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA
www.agal-gz.org

Partido Popular ameaça mudar Lei de Normalização Lingüística

PGL

O conselheiro da presidência do Governo da Galiza, Jaime Pita, informou da hipótese de umha possível mudança da actual Lei de Normalização Lingüística galega. Respondendo a um requerimento do BNG, a respeito da posição do Governo na polémica do topónimo da Corunha. Assim, o representante do executivo galego mostrou a sua concordância com a atitude do PP da Corunha contra a legalidade vigente, evidenciando a escassa validade das acções administrativas empreendidas contra o governo municipal corunhês. O próprio presidente do Governo galego, Manuel Fraga, manifestou que se contasse com o apoio do PSDG-PSOE estaria disposto a modificar a LNL para aceitar a forma castelhana do topónimo. Apesar de ter fortes contradições internas, por enquanto o PSDG-PSOE tem vindo a rejeitar este oferecimento, manifestando que em princípio manterá o seu apoio à continuidade da actual legislação lingüística galega.

Portal Galego da Língua alcança 345.000 visitas no ano 2004

PGL

Mais de 1.000 notícias publicadas em 2004 e mais de 345.000 visitas nesse ano. Estes são os números que ultrapassam largamente as melhores expectativas previstas pola Associação Galega da Língua. O ano 2003 fechava-se com 100.000 visitas, polo que o crescimento é de mais do triplo e situa o Portal muito perto do milhar de visitas diárias em 2004. O número de páginas vistas é de 2.700.000, isto é, 2,7 páginas por segundo. Outros dados que nos fornecem o nosso serviço de hospedagem bem como o do próprio domínio são os seguintes: 1.471 cadastrados e cadastradas (em 31 de Dezembro de 2003 havia 646), 1.700 notícias das quais 1.150 fórom geradas este ano o que nos dá uma média de 3,5 notícias por dia e ainda 100 arquivos para serem livremente descarregados.

música

S.G.A.E., a empresa financiada com os nossos impostos

Recentemente tivemos notícia de umha nova conquista do governo compostelano para a "Compostela do milénio": o acordo a que chegárom a Cámara Municipal e SGAE (Sociedade Geral de Autores e Editores) para a construçom da chamada "Sede Integral SGAE Noroeste" no bairro de Vista Alegre. Em palavras de Teddy Bautista, presidente da SGAE, o edificio visa "dinamizar a vida cultural de todo o noroeste peninsular".



A Sociedade Geral de Autores apoia discos contra a "pirataria"

Davide Loimil / Inácio Gomes

A SGAE nom deixa de ser umha empresa privada (e aliás monopoli- lista, porque os grupos musicais nom podem escolher serem representados por outra entidade) que trafica com a arte com umha clara intençom, tirar da actividade dos autores e autoras (à sua custa) o máximo beneficio possível. A proliferaçom da pirataria nom diminui, mesmo continuando aí a Sociedade de Autores, com a boca cheia de vitimismo, chorando polo que pensam, ou polo menos polo querem fazernos pensar: que é o começo do fim da música. A este respeito tomárom a medida de oferecer umha soluçom ao problema: receber pola compra de cada CD ou DVD virgem um cánone (a SGAE chamou-o "direito"), dado que consideravam provado que os usuários e usuárias iam fazer uso dele pirateando música (???). Sem dúvida, o mais lamentável é o discurso em si próprio, o esgrimido tanto por pessoas da indole de Maria Jiménez como dos «capos» da SGAE: "nom somos contra a gente que vende na rua, somos contra as máfias que estão por detrás do pirateio", nom deixam de proclamar mal tenham oportunidade. Há casos piores, como o de Roberto Iniesta

(Extremoduro), que propom à populaçom imigrante árabe a venda de drogas ("que isso sim que fai falta"). Em todo o caso agarremo-nos com força ao discurso esgrimido por muita da gente que nom se

tampouco entende que a soluçom dos problemas esteja em maos da máfia SGAE, berremos bem forte: "A música nom está em crise, o que está em crise é a indústria musical". E isto nom nos importa, polo menos nom devia...

O fundo desse discurso fastuoso em favor dos indefesos criadores de música cheira a oportunismo e corrupçom, a defesa dos interesses de uns quantos em nome do altruísmo (Ramoncín, Imanol Arias, Hevia ou El Fari). Lembremos as palavras do próprio presidente da SGAE: "Quando alguém compra num centro comercial, está a pagar o que roubam outros. O preço de mercado de um produto leva implicito os riscos da comercializaçom". A distribuiçom de música gratuita pola Internet, ou a baixo preço na rua, nom acabará com a criaçom musical, antes estaria em condiçom de oferecer à criaçom novos horizontes quanto a possibilidades. O recurso a esta forma de aquisiçom de música deve ser entendida como umha consequência, ou como umha resposta. Os entaves à livre criaçom musical encontram-se precisamente nas empresas discográficas e nos seus sequazes assalariados.

A distribuiçom de música gratuita pola Internet, ou a baixo preço na rua, nom acabará com a criaçom musical, antes estaria em condiçom de oferecer à criaçom novos horizontes quanto a possibilidades.

«Sociedade de Autores» prosegue caça às bruxas na Galiza

Redaçom

A comissom de festas da paróquia viguesa de Linhares acabou de ganhar à SGAE o braço-de-ferro judicial que começara com a denúncia desta entidade privada. A chamada Sociedade de Autores exigia da comissom o pagamento de um imposto compensatório de 7% do preço da festa, para além do que já cobravam às orquestras por versionarem conhecidos temas musicais. Por ocasiom deste e de outros casos, diferentes membros das comissoes de festas de Vigo, reunidos em assembleia, concluírom que a SGAE "já nom assusta ninguém". Asseguram que se recusaram a pagar qualquer imposto deste tipo, já que "ganhamos a batalha nos tribunais, porque a vitória de Linhares é um triunfo de toda a agrupaçom".

Anteriormente tinha-se dado um caso parecido em Betanços, onde a organizaçom da festa conseguiu também ganhar o processo. Por sua vez, a SGAE reclama 12.000 euros ao vereador de Turismo, Juventude e Desportos de Oleiros, Antón Tenreiro, por "danos contra a sua honra", a raiz de umhas declaraçom do representante municipal em que acusava a Sociedade de "extorsom, coaçom e perseguiçom", ao exercer "actividades mafiosas". Estas declaraçom tinham-se produzido quando a SGAE reclamou da Cámara o pagamento do correspondente cánone por um concerto organizado em solidariedade com sindicalistas em greve de fome. Entretanto, o cánone por cópia privada acaba de aumentar 30%, enquanto o salário mínimo só será incrementado 4,5%.



la entrevista | Isaac A. Estraviz, lexicógrafo e autor do dicionário e-Estraviz

«Na Galiza som muitas as palabras porque som muitas as paisagens»

Entrar em casa do Professor Estraviz é como aventurar-se na casa das palabras. Umha pessoa fica com a sensação de que palabras perdidas nas aldeias remotas da Galiza te están a espreitar de entre as estantes, de dentro das dúzias de dicionários ou dos montes de livros que se acumulam em perfeito desordem polo chao ou sobre as mesas de trabalho. O professor Isaac trata cada palabra com o carinho do arqueólogo que encontra um tesouro, umha peça única que nos explica o nosso passado como povo e que nos rela-

ciona com o nosso património. Ele é o responsável do mais completo dicionário feito na Galiza. Toda umha vida à procura de palabras, recuperando-as, limpando-as do pó da história escrita noutra língua e agora oferecendo-as na rede. No Portal Galego da Língua acabou de lançar-se o dicionário e-Estraviz, com mais de 91.000 verbetes. NOVAS da GALIZA falou com ele durante quase duas horas, embora neste espaço nom caibam todas as suas palabras...

Alonso Vidal

Quando e como começou o projecto do dicionário?

Quando estudava Románicas em Madrid o professor que nos dava aulas nom sabia nada de galego. Estávamos nos anos 1975/76 e eu decidi fazer um dicionário e umha gramática. Mais tarde, estando a trabalhar em Madrid, na AKAL fizérom-me a proposta de fazer um dicionário galego-castelhano. Eu só aceitava se o dicionário fosse galego-galego e se utilizasse a grafia histórico-etimológica da língua. Afinal, acordamos a seguir a cada verbete aparecesse entre parênteses a forma etimológica.



O Professor Estraviz na sua casa conversando com NGZ

Ainda nom fora fundada a AGAL...

Nom fora, nom. E de certo modo, mesmo se pode dizer que a formação da AGAL chegou a partir daí. Eu falei com José Luís Rodríguez e com Montero Santalha para termos umha reunião em Compostela, procurando colaboraçons para fazer o dicionário. Lembro que nos reunimos num convento de freiras. Na reunião, Martinho Montero colocou a ideia de criar umha associação de tipo cultural que publicasse umha revista escrita em galego correcto. Com o reintegracionismo a ferver já por toda a parte, com grupos na Corunha, Compostela e Ourense, constituiu-se a AGAL. A revista AGÁLIA aparecia mais tarde, a partir de conversas com António Gil no ano 1985.

Como era o trabalho de campo?

O primeiro que tive que fazer foi um estudo de todos os dicionários galegos, confrontando-os com dicionários portugueses e mesmo

com castelhanos. O trabalho foi imenso, pois os meios informatizados nom eram os actuais. Visto que eu já tinha recolhido muito material por toda a Galiza, dava aos meus colaboradores umha listagem das palabras, indicando-lhes onde podiam ir procurá-las. Eles também incluíam palabras que eu nom recolhera e estavam vivas nas aldeias. A pesquisa era difícil pois era preciso ganhar a confiança das pessoas entrevistadas. O primeiro dicionário que se publicou em três tomos tem 110.000 entradas. Neste último publicado na Internet som mais de 91.000.

Quantas palabras da Galiza rural levou o vento da modernidade, Isaac?

Nem se pode contar a riqueza léxica perdida. Pensa que um génio como Cervantes usou na sua obra ao redor de 12.000 vocábulos. Pois bem, eu recolho na minha tese de doutoramento, só nas aldeias da Límia, mais de 13.000 palabras. Trata-se de um léxico rural e fami-

liar que nos dá umha ideia da extraordinária riqueza oral do nosso povo. Infinitude delas eram usadas polas pessoas mais velhas e agora están definitivamente perdidas. Nós temos muitíssimo léxico porque a Galiza é um território com muitíssimas paisagens diferentes, e umha paisagem diferente cria também umha linguagem diferente.

O problema é que as culturas de tipo tradicional agrícola desaparecerom. Por exemplo o léxico, riquíssimo, relacionado com o linho ou com os arados já nom se utiliza, salvo por especialistas que querem explicar o processo ou por escritores ou escritoras para ambientar um romance...

Todas as palabras galegas som também portuguesas? Existem também no norte de Portugal?

Existem. Se nom aparecem algumas, é por nom estarem recolhidas. Surpreendeu-me muito encontrar em Arcos de Valdevez o adjectivo "choivoso" ou em Montalegre a

palavra "choiva", quando eu pensava que "choiva" era exclusiva da comarca de Compostela. Por exemplo, palabras como "anaçoado", que eu recolhera na minha aldeia há muitos anos, pode encontrar-se num compêndio de falares de Trás-os-Montes. Na verdade, é um trabalho por fazer. A recolha de léxico no norte de Portugal é muito incompleta. Houvo tentativas por parte de dicionários que ficaram na letra E, trabalhos monográficos, revistas, dicionários de falares, mas nada de rigoroso e sistemático. A minha intençom é trabalhar este campo, com colaboradores pola parte portuguesa e galega, compilando e confrontando léxico das duas partes...

Como surgiu a ideia de elaborar o e-Estraviz na rede? Quem colabora neste magnífico projecto?

Foi há um ano. O informático Vitor Lourenço e o linguísta Valentim Fagim projectárom colocar o Estraviz na rede, distribuindo o trabalho por letras. Eu comprometi-me a revisá-lo. Mas aqui colaborou muita gente como Mário Herrero, Raquel Miragaia, José Luís Valinha, Manuela Ribeira, Miguel Penas, José Henrique Rodrigues, André Outeiro... espero nom estar a esquecer ninguém. Os aspectos electrónicos fõrom trabalhados por Miguel Penas e polo próprio Vitor.

O teu dicionário está vivo e em contínua actualizaçom. Por curiosidade, qual foi a última palavra introduzida?

Há uns dias, a 9 de Janeiro, introduzimos «rebejoar», que significa peneirar com cuidado, dando umha ou duas voltas para cair o mais fino da farinha ou de outro material.

"Um país por inventar"

Xosé Neira

Hoje quero referir-me a um promotor histórico do galeguismo chamado Luís Porteiro Garea. Nasceu em Lugo no ano 1889 e morreu no ano em que o nosso nacionalismo se declarou maior de idade, quer dizer, em 1918, quando é assinado em Lugo o Primeiro Manifesto da Assembleia Nacionalista em presença de Luís Pena Novo (na altura o primeiro vereador de câmara nacionalista, na Corunha) e Joám Vicente Viqueira. Porteiro Garea era umha das grandes promessas do nacionalismo, mas morreu muito novo, como tem acontecido amiúde nas fileiras históricas nacionalistas. Ocorreu uns dias antes da assembleia por um andaço de gripe, algo frequente naquela época. Luís Pena Novo foi quem fijo o óbito de defunçom do seu chorado amigo nas páginas d'A Nossa Terra. Fernandes do Rego, sucinto, diz dele: "Foi umha das figuras políticas mais representativas das Irmandades da Fala". Depois de fazer o "bacharelato" na sua cidade natal, cursou Direito em Santiago. Doutorou-se em Madrid e regressou a Compostela como professor de Direito Civil. Publicou "A Transformaçom do Direito Civil pola Grande Guerra" e "Aos galegos emigrados". Em 1916 incorporara-se às Irmandades da Fala desde o primeiro momento, e pronuncia o discurso na fundaçom da Irmandade de Santiago. A partir de entom passará a ser um dos principais dirigentes galeguistas, sendo reconhecido como partidário da clara luta política das Irmandades -em oposiçom aos "culturalistas"- e como defensor da linha mais "esquerdista" deste movimento.